

Cartilha da CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

3ª edição

GESTÃO 2013/2015



COMISSÃO DE DEFESA
DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE



CAMPAÑA DE COMBATE AO CRIME DE VIOLENCIA SEXUAL E ALIENAÇÃO PARENTAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

*“Nenhum projeto é viável se não começa a
construir-se desde já: o futuro será o que
começamos a fazer dele no presente”.*

Içami Tiba

Brasília, outubro de 2015

3ª edição



Gestão 2013/2015

Diretoria OAB/DF

Ibaneis Rocha Barros Junior – Presidente

Severino Cajazeiras – Vice- Presidente

Daniela Teixeira – Secretária-Geral

Juliano Costa Couto – Secretário-Geral Adjunto

Antonio Alves – Diretor Tesoureiro

Diretoria CAADF

Ricardo Alexandre Rodrigues Peres - Presidente

Clarisse Dinelly Ferreira Feijão - Vice-Presidente

Elisabeth Leite Ribeiro - Secretária-Geral

Fernanda Gonzalez da Silveira Martins Pereira -
Secretária-Geral Adjunta

Mariela Souza de Jesus - Tesoureira

Conselheiros Federais

Aldemário Araújo

Evandro Pertence

Felix Palazzo

José Rossini

Marcelo Lavocat Galvão

Nilton Correia

Conselheiros Seccionais

Adair Siqueira de Queiroz Filho

Afonso Henrique Arantes

Alceste Vilela Júnior

Alexandre Vieira de Queiroz

Ana Carolina Reis Magalhães

André Lopes de Sousa

André Puppim Macedo

Antonio Gilvan Melo

Camilo André Santos Noletto de Carvalho

Carlos Augusto Lima Bezerra

Carolina Louzada Petrarca

Christiane Rodrigues Pantoja

Chrystian Junqueira Rossato

Claudio Demczuk de Alencar

Claudio Santos da Silva

Cristiano de Freitas Fernandes

Cristina Alves Tubino

Denise Andrade da Fonseca

Dino de Araújo de Andrade

Divaldo Theophilo de Oliveira Netto

Edvaldo Nilo de Almeida

Elaine Ferretti Costa Starling

Elísio de Azevedo Freitas

Emiliano Candido Póvoa

Erich Endrillo Santos Simas

Erik Franklin Bezerra
Ewan Teles Aguiar
Felipe de Almeida Ramos Bayma Sousa
Fernando de Assis Bontempo
Fernando Martins de Freitas
Frederico Bernardes Vasconcelos
Gabriela Rollemberg de Alencar
Hamilton de Oliveira Amoras
Hellen Falcão de Carvalho
Ildacer Meneses de Amorim
Ilka Teodoro
Indira Ernesto Silva Quaresma
Ítalo Maciel Magalhães
Jackson Di Domenico
Jacques Maurício Ferreira Veloso de Melo
João Maria de Oliveira Souza
João Paulo Amaral Rodrigues
Joaquim de Arimathéa Dutra Júnior
Jonas Filho Fontenele de Carvalho
Jorivalma Muniz de Sousa
Laura Maria Costa Silva Souza
Leonardo Henrique Mundim Moraes Oliveira
Luiz Gustavo Barreira Muglia
Manoel Coelho Arruda Júnior
Marcel André Versiani Cardoso
Marcelo Martins da Cunha

Márcio Martagão Gesteira Palma
Marcone Guimarães Vieira
Maria Conceição Filha
Maria Dionne de Araújo Felipe
Mariana Prado Garcia de Queiroz Velho
Mauro Pinto Serpa
Maurício de Figueiredo Corrêa da Veiga
Maxmiliam Patriota Carneiro
Nelson Buganza Junior
Otávio Henrique M. de Noronha
Paulo Renato Gonzalez Nardelli
Pedro Anísio de Aguiar Sabo Mendes
Rafael Augusto Alves
Rafael Thomaz Favetti
Reginaldo de Oliveira Silva
Renata do Amaral Gonçalves
Renato Guanabara Leal
Roberto Domingos da Mota
Rodrigo Frantz Becker
Rodrigo Madeira Nazário
Shigueru Sumida
Silvestre Rodrigues da Silva
Sueny Almeida de Medeiros
Thais Maria Silva Riedel de Resende Zuba
Victor Emanuel Alves de Lara
Walter de Castro Coutinho

Wanderson Silva de Menezes
Wendel Lemes de Faria
Wesley Ricardo Bento da Silva
Wilton Leonardo Marinho Ribeiro

SUBSEÇÕES

Subseção Brazlândia

Presidente: José Severino Dias
Vice-presidente: José Maria de Moraes
Secretário-Geral: Marcelo Lourenço Bittencourt
Secretário-Geral Adjunto: Vinicius Moreira Catarino
Diretor-Tesoureiro: Thiago Meirelles Patti

Subseção Ceilândia

Presidente: Edmilson Francisco de Menezes
Vice-presidente: Gerson Wilder de Sousa Melo
Secretário-Geral: Leonardo Alves Rabelo
Secretário-Geral Adjunto: Newton Rubens de Oliveira
Diretor-Tesoureiro: Jurandir Soares de Carvalho Júnior

Subseção Gama

Presidente: Juliana Gonçalves Navarro
Vice-presidente: Gildásio Pedrosa de Lima
Secretária-Geral: Kátia Ribeiro Macedo Abílio
Secretário-Geral Adjunto: Paulo Sérgio Santos Pantoja Jr.
Diretor-Tesoureiro: Valdener Miranda das Chagas

Subseção Núcleo Bandeirante

Presidente: Sebastião Duque Nogueira da Silva

Vice-presidente: Gilberto Tiago Nogueira

Secretário-Geral: Fabiana Di Lúcia da Silva Peixoto

Secretário-Geral Adjunto: Rodrigo Bezerra Correia

Diretor-Tesoureiro: Bruno Felipe Gomes Leal

Subseção Paranoá

Presidente: Humberto Pires

Vice-Presidente: Valcides José Rodrigues de Sousa

Secretário-Geral: Kendrick Balthazar Xavier

Secretário-Geral Adjunto: Valdir de Castro Miranda

Diretora-Tesoureira: Larissa Freire Macedo

Subseção Planaltina

Presidente: Marcelo Oliveira de Almeida

Vice-presidente: João Ederson Gomes Cardoso

Secretária-Geral: Oneida Martins Rodrigues

Secretário-Geral Adjunto: Edimar Eustáquio Mundim
Baesse

Diretora-Tesoureira: Liliana Amado Rocha

Subseção Samambaia

Presidente: José Antonio Gonçalves de Carvalho

Vice-presidente: Renato Martins Frota

Secretária-Geral: Cleire Lucy Carvalho Alves Porto

Secretária-Geral Adjunto: Izabel Cristina Diniz Viana
Diretor-Tesoureiro: Clécio Fernandes de Freitas

Subseção Sobradinho

Presidente: Márcio de Souza Oliveira
Vice-presidente: Osvaldo Gomes
Secretária-Geral: Luciana Meira de Souza Costa
Secretário-Geral Adjunto: Cláudio Ribeiro Santana
Diretora-Tesoureira: Aline Guida de Souza

Subseção Taguatinga

Presidente: Nadim Tannous El Madi
Vice-presidente: Luciene Barreira Bessa Castanheira
Secretário-Geral: Alexandre Henrique de Paula
Secretário-Geral Adjunto: Renauld Campos Lima
Diretora-Tesoureira: Carla de Oliveira Rodrigues

MEMBROS HONORÁRIOS VITALÍCIOS

Leopoldo César de Miranda Filho (1960 a 1961)
Décio Meirelles de Miranda (1961 a 1963)
Esdras da Silva Gueiros (1963 a 1965)
Fernando Figueiredo de Abranches (1965 a 1967)
Francisco Ferreira de Castro (1967 a 1969)
Antônio Carlos Elizalde Osório (1969 a 1971)
Moacir Belchior (1971 a 1973)
Antônio Carlos Sigmaringa Seixas (1973 a 1975)

Hamilton de Araújo e Souza (1975 a 1977)
Assu Guimarães (1977 a 1979)
Maurício Corrêa (1979 a 1987)
Amauri Serralvo (1987 a 1989)
Francisco C. N. de Lacerda Neto (1989 a 1991)
Esdras Dantas de Souza (1991 a 1995)
Luiz Filipe Ribeiro Coelho (1995 a 1997)
J. J. Safe Carneiro (1998 a 2003)
Estefânia Viveiros (2004 a 2009)
Francisco Caputo (2010 a 2012)

Caro leitor,

Esta cartilha destina-se a atingir a sociedade de forma geral, tanto o público infanto-juvenil como o adulto, operadores do Direito, Conselheiros Tutelares, Redes de Proteção de Crianças e Adolescentes, profissionais da educação, da saúde, de assistência social e psicólogos, bem como pais e familiares.

Seu objetivo é prestar esclarecimentos e informações fundamentais ao combate à violência psicológica e sexual contra crianças e adolescentes.

Dessa forma, o conteúdo da presente cartilha reúne informações que você, leitor, precisa saber acerca deste importante tema.

SUMÁRIO

- 15** IMPORTANTE SABER!
- 16** POR QUE FALAR EM VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA E SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES?
- 16** A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA
- 18** O ABUSO SEXUAL
- 19** Tipos mais comuns de abuso sexual de infanto-juvenil
- 20** Exploração Sexual
- 21** Quais são as consequências do abuso e da exploração sexual na vida das vítimas?
- 21** Quem pode ser o abusador?
- 23** Áreas de riscos: outros meios de comunicação (internet)
- 24** Sinais do abuso sexual

- 26** Como prevenir o abuso sexual?
- 28** Como agir em caso de suspeita de abuso sexual?
- 30** ALIENAÇÃO PARENTAL
- 31** Quem treina a criança/adolescente?
- 31** Sinais de crianças e adolescentes alienados
- 32** As vítimas de alienação parental são mais propensas a:
- 32** Como parar a alienação parental?
- 34** LEGISLAÇÃO
- 34** Abuso sexual
- 43** Alienação parental
- 46** PROCESSO DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ESFERA BRASILEIRA
- 15** DENUNCIE!

IMPORTANTE SABER!

O artigo 4º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei nº. 8.069/90), amparado pelo artigo 227 da Constituição Federal de 1988, dispõe que:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito: à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária”.

Crianças e adolescentes devem ser protegidos de toda forma de: violência, negligência, discriminação, exploração, crueldade e opressão.

Por que falar em violência psicológica e sexual contra crianças e adolescentes?

Para tornar efetivo o Sistema de Proteção Integral dos Direitos das Crianças e Adolescentes, pois:

- A violência psicológica e sexual contra crianças e adolescentes ainda é uma prática comum em todo o território brasileiro e que vem crescendo de forma acelerada, principalmente, em virtude dos avanços tecnológicos.
- Para que o país enfrente e supere essa grave situação, como premissa é preciso tomar conhecimento do problema. Portanto, faz-se necessária a leitura desta cartilha, para que se possa identificar e prevenir algumas circunstâncias que levam a esse tipo de problema.

A VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA

A violência psicológica é uma forma de abuso que deixa marcas invisíveis no ponto de vista físico, porém, interiormente as marcas são bem

visíveis. Ocorre quando há ausência ou omissão das necessidades emocionais do outro e de apoio, através da indiferença ou discriminação, do insulto, da crítica constante, ridicularização ou desvalorização, pelo abandono ou ameaça. Ela pode influenciar no desenvolvimento físico, cognitivo, social e emocional da criança, prolongando-se as marcas na idade adulta.

Os sinais de sua existência variam de acordo com a idade da criança. Podem ocorrer alterações no apetite, nos padrões de sono, dores sem causa médica, alterações na fala ou no controle dos esfíncteres, dificuldades no desenvolvimento da linguagem, na memória, na capacidade de atenção e concentração. Aparecem sentimentos de culpabilização e inferioridade, baixa autoestima, medos, ansiedade, oscilações de humor e dificuldade na regulação das emoções, apatia, dificuldade no estabelecimento de relações ou em manter a confiança nas relações existentes.

Como se previne? Quando cada adulto procura promover o estabelecimento de relações

interpessoais positivas baseadas no respeito e nas necessidades do outro.

O ABUSO SEXUAL

O abuso sexual é o ato praticado por um agente violador, possuidor ou não de autoridade e/ou poder sobre o menor, usando-o para satisfazer seu desejo sexual.



Tipos mais comuns de abuso sexual de infanto-juvenil:

Por contato físico:

- Toque ou carícias nos órgãos genitais das crianças ou adolescentes;
- Manter relação sexual com crianças e/ou adolescentes;
- Obrigar ou estimular a criança ou o adolescente a tocar nos órgãos genitais dos adultos.

Sem contato físico:

- Induzir crianças e/ou adolescentes a ver adultos se masturbando ou praticando relação sexual;
- Exibir revistas ou sites pornográficos às crianças ou adolescentes;



- Filmar ou fotografar crianças e adolescentes despidos, em posições eróticas;
- Excitar-se ao observar os órgãos genitais de crianças ou adolescentes;
- Manter diálogo com crianças ou adolescentes sobre relações sexuais para se excitar ou para deixá-los excitados.

Exploração Sexual:

Entende-se por exploração sexual a utilização sexual de crianças ou adolescentes com fins comerciais e/ou de lucro. Ocorre com a indução de meninos e meninas a manter relações sexuais com adultos ou adolescentes mais velhos, para que haja produção de matérias pornográficas, ou até mesmo levar estes menores para outras cidades, estados ou países associados a outros propósitos.

Quase sempre existe a participação de um(a) aliciador(a) que lucra intermediando a relação com o cliente.

Quais são as consequências do abuso e da exploração sexual na vida das vítimas?

Em regra, a vítima de abuso ou exploração sexual sempre sofrerá traumas, irreversíveis ou não, à sua saúde física e/ou psicológica, podendo começar imediatamente ou após algum tempo, perpetuando o seu sofrimento.

É importante ficar atento à essa problemática, haja vista que a maioria dos casos de abuso sexual não deixa vestígios físicos aparentes.

Lembre-se que um sintoma isolado pode não ser indicador de violência, por isso a necessidade de observar todo o contexto.

Sempre que possível, procure o auxílio de um profissional qualificado ou as redes de garantias da criança e do adolescente.

Quem pode ser o abusador?

Qualquer pessoa aparentemente comum, que leve uma vida social normal, que nem sempre age de forma agressiva. Ocorre mais frequentemente com indivíduos que fazem parte do ciclo familiar

das crianças e adolescentes, podendo ainda ser pessoas de seu convívio social e até mesmo por desconhecidos.

Embora seja difícil proteger o menor abuso sexual de membros da família ou amigos íntimos, a vigilância das muitas situações potencialmente perigosas é uma atitude fundamental.

São categorias da violência sexual a ser consideradas:

- Autoria da violência (parente, conhecido ou desconhecido);
- Idade do vitimizado;



- Idade do vitimizador (adolescente ou adulto);
- Sexo do violentador e da vítima;
- Grau de autoridade do autor sobre a vítima; grau de envolvimento emocional vitimizador/vítima.

Áreas de riscos: outros meios de comunicação (internet)

A internet vem sendo utilizada como palco para a prática de diversos tipos de delitos sexuais. A maioria se dá em sites de relacionamentos, sistema de mensagens instantâneas, salas de bate papo, vídeos, *webcams*, programas de manipulação de imagem etc. Incluem-se ainda nesse rol: sedução, ato obsceno, assédio sexual, corrupção de menores, ameaças contra a integridade física, atentado violento ao pudor, coação e abuso sexual, exibicionismo, fraude e até sequestro de crianças e adolescentes que fornecem dados pessoais e se encontram com potenciais abusadores sexuais que conheceram na internet.

Sinais do abuso sexual

Alguns comportamentos podem ser observados em crianças e adolescentes vitimizados pela violência sexual.



Existem vários sinais físicos, emocionais e psicológicos do abuso que trazem sérias implicações ao desenvolvimento, à saúde e à capacidade de aprendizagem do menor.

Tais sinais podem se apresentar da seguinte maneira:

Sinais Físicos

- Dor, coceira, inchaço ou sangramento na área genital e/ou anal;
- Aparecimento de hematomas no corpo;

- Infecção na região genital e abdominal;
- Doenças sexualmente transmissíveis.

Sinais Comportamentais

- Depressão;
- Dificuldades para dormir (pesadelos frequentes);
- Manifestações de incômodo ao ser tocado;
- Persistente interesse em assuntos de natureza sexual;
- Alterações súbitas de comportamento;
- Agressividade;
- Auto depreciação do corpo;
- Dificuldade de concentração;
- Elaboração de desenhos e textos com conteúdo sexual;
- Instabilidade emocional: tristeza, abatimento profundo, choro sem causa aparente, medo, ansiedade e irritabilidade;

- Conhecimento sobre sexualidade inapropriado para a idade;
- Comportamento extremamente tenso;
- Incontinência de urina ou fezes;
- Isolamento social etc.

Como prevenir o abuso sexual?

A busca por soluções efetivas para a prevenção, intervenção e enfrentamento deste fenômeno contra crianças e adolescentes não é uma tarefa fácil. A melhor maneira de evitar situações-limite que implicam em risco elevado à integridade física e psíquica infanto-juvenil é ter atitudes que possam protegê-los. O objetivo é o de garantir a qualidade de vida desses menores de forma a não trazer consequências, que muitas vezes podem deixar sequelas que o tempo jamais apagará. A prevenção ainda continua sendo o melhor remédio.

A melhor forma de tratar do problema da violência contra esse público infanto-juvenil é impedir que ele aconteça, portanto devemos:

A melhor forma de tratar o problema da violência contra esse público infanto-juvenil é impedir que ele aconteça, devendo portanto:

- Alertar a criança e o adolescente que se alguém tentar tocar o seu corpo e fazer coisas que os deixem desconfortáveis, orientá-los a se afastar dessa pessoa e procurar imediatamente um adulto de confiança para contar-lhe o que aconteceu;
- Advertir as crianças para que nunca aceitem convites, dinheiro, comida e favores de pessoas estranhas, especialmente em troca de carinho;
- Encorajar a criança ou adolescente que esteja sob sua responsabilidade a relatar sobre atitude inadequada de qualquer pessoa que o deixa infeliz, confuso ou com medo;
- Tenha sempre ciência de onde a criança ou adolescente estejam, com quem estão e o que estão fazendo;
- Procure conhecer seus amigos, principalmente aqueles mais velhos;

- É importante supervisionar o uso da internet (Facebook, Whatsapp, MSN, salas de bate papo etc.);
- Ensinar o menor a zelar por sua própria segurança;
- Orientar a criança ou adolescente a não responder mensagens de desconhecidos, muito menos enviar fotos ou fornecer dados (nome, idade, telefone, endereço, senha etc.) à desconhecidos;
- Explicar as opções de chamar atenção sem se envergonhar, gritar e correr em situações de perigo.

Como agir em caso de suspeita de abuso sexual?

É necessário romper com o pacto de silêncio que encobre as situações de abuso e exploração sexual contra crianças e adolescentes.

Em situações dessa natureza, a forma mais adequada de ajudar meninos e meninas é **denunciando**.

Quando ocorrer suspeitas, fique atento a alguns

pontos que poderão ser fundamentais para se formar um juízo de valor e fazer cessar a possível violência.

Algumas atitudes que devem ser adotadas:

- Fale de um jeito simples e claro para que a criança e/ou adolescente entenda o que você está querendo dizer;
- Incentive a criança e/ou adolescente a falar sobre o ocorrido, mas não o (a) obrigue;



- Faça com que ela ou ele se sinta acolhido e protegido;
- Converse sempre em ambiente isolado para que a conversa não sofra interrupções e nem seja constrangedora;
- Não critique nem duvide de que ela (ele) esteja falando a verdade;
- Esclareça à criança e ao adolescente que a culpa não é dele (a);
- Denuncie e procure ajuda de um profissional e evite tratar do assunto com aqueles que não poderão ajudar.

ALIENAÇÃO PARENTAL

Também conhecida por “Implantação de Falsas Memórias” ou “Síndrome do Pai Morto”, a alienação parental é uma violência de cunho psicológico cometida contra a criança ou adolescente .

A alienação parental é a situação em que a criança ou adolescente é treinada para romper os laços afetivos com o pai ou mãe, e este fato interfere na sua formação psicológica.

O filho é utilizado como instrumento da agressividade direcionada ao pai ou à mãe.

Quem treina a criança/adolescente?

Agindo diretamente ou com a ajuda de terceiros:

- Os próprios pais;
- Os avós, tios, primos, etc;
- Quem tenha autoridade, guarda ou vigilância da criança/adolescente.

O processo é desencadeado pelo sentimento de vingança, após a separação dos pais. Nasce então o desejo de destruição, desmoralização e descrédito da figura do pai ou da mãe.

Sinais de crianças e adolescentes alienados:

- Sentimento de raiva, ódio, contra o pai ou a mãe e sua família;

- Recusa em estabelecer qualquer tipo de contato/comunicação;
- Crença em sentimentos negativos sobre o pai ou a mãe, mas que são inconsequentes, exagerados ou inverídicos.

As vítimas de alienação parental são mais propensas a:

- Desenvolver depressão, ansiedade ou pânico;
- Consumir drogas como forma de aliviar a dor;
- Cometer suicídio;
- Apresentar baixa autoestima;
- Dificuldade de estabelecer uma relação estável;
- Desenvolver problema de gênero, consequência da desqualificação do genitor atacado.

Como parar a alienação parental?

- A criança e o adolescente devem ser protegidos de discussões ou situações tensas que digam respeito à figura de seus pais;

- Buscar auxílio psicológico e jurídico para tratar dos problemas;
- Uma vez instalada a situação da alienação parental, não esperar que ela desapareça sozinha.

LEMBRE-SE QUE:

A denúncia é de extrema importância para garantir à criança e ao adolescente o direito ao desenvolvimento saudável, ao convívio familiar e a participação de ambos os genitores em sua vida. Direitos, estes, previstos na Constituição Federal.

A alienação parental é um problema familiar e social que, silenciosamente, poderá trazer consequências psicológicas danosas.

LEGISLAÇÃO

- ABUSO SEXUAL

A legislação brasileira prevê punição severa para aquele que comete o crime de violência sexual contra crianças e adolescentes. Essa matéria está normatizada pelo Código Penal Brasileiro, nos seguintes dispositivos:

- **Estupro**

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

§ 1º - Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave ou se a vítima é menor de 18 (dezoito) ou maior de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 12 (doze) anos.

§ 2º - Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

- **Assédio sexual**

Art. 216-A. Constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.”

Pena – detenção, de 1 (um) a 2 (dois) anos.

§ 2º - A pena é aumentada em até um terço se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos.

- **Estupro de vulnerável**

Art. 217-A. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

§ 1º - Incorre na mesma pena quem pratica as ações descritas no caput com alguém que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, ou que, por qualquer outra causa, não pode oferecer resistência.

§ 3º - Se da conduta resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena - reclusão, de 10 (dez) a 20 (vinte) anos.

§ 4º - Se da conduta resulta morte:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

- **Corrupção de menores**

Art. 218. Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

- **Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente**

Art. 218-A. Praticar, na presença de alguém menor de 14 (catorze) anos, ou induzi-lo a presenciar, conjunção carnal ou outro ato libidinoso, a fim de satisfazer lascívia própria ou de outrem:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.”

- **Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável**

Art. 218-B. Submeter, induzir ou atrair à prostituição ou outra forma de exploração sexual alguém menor de 18 (dezoito) anos ou que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato, facilitá-la, impedir ou dificultar que a abandone:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos.

§ 1º - Se o crime é praticado com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

§ 2º - Incorre nas mesmas penas:

I - quem pratica conjunção carnal ou outro ato libidinoso com alguém menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos na situação descrita no caput deste artigo;

II - o proprietário, o gerente ou o responsável pelo local em que se verifiquem as práticas referidas no caput deste artigo.

§ 3º - Na hipótese do inciso II do § 2º, constitui efeito obrigatório da condenação a cassação da licença de localização e de funcionamento do estabelecimento.

- **Mediação para servir a lascívia de outrem**

Art. 227 - Induzir alguém a satisfazer a lascívia de outrem:

Pena - reclusão, de um a três anos.

§ 1º - Se a vítima é maior de 14 (catorze) e menor de 18 (dezoito) anos, ou se o agente é seu ascendente, descendente, cônjuge ou companheiro, irmão, tutor ou curador ou pessoa a quem esteja confiada para fins de educação, de tratamento ou de guarda:

Pena - reclusão, de dois a cinco anos.

§ 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de dois a oito anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

• Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual

Art. 228. Induzir ou atrair alguém à prostituição ou outra forma de exploração sexual, facilitá-la, impedir ou dificultar que alguém a abandone:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 1º - Se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 2º - Se o crime é cometido com emprego de violência, grave ameaça ou fraude:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, além da pena correspondente à violência.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de lucro, aplica-se também multa.

- **Rufianismo**

Art. 230 - Tirar proveito da prostituição alheia, participando diretamente de seus lucros ou fazendo-se sustentar, no todo ou em parte, por quem a exerça:

Pena - reclusão, de um a quatro anos, e multa.

§ 1º - Se a vítima é menor de 18 (dezoito) e maior de 14 (catorze) anos ou se o crime é cometido por ascendente, padrasto, madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou por quem assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância:

Pena - reclusão, de 3 (três) a 6 (seis) anos, e multa.

§ 2º - Se o crime é cometido mediante violência, grave ameaça, fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação da vontade da vítima:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos, sem prejuízo da pena correspondente à violência.

• **Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual**

Art. 231. Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro.

Pena - reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

§ 1º - Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º - A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto,

madrasta, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º - Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

• Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual

Art. 231-A. Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

§ 1º - Incorre na mesma pena aquele que agenciar, aliciar, vender ou comprar a pessoa traficada, assim como, tendo conhecimento dessa condição, transportá-la, transferi-la ou alojá-la.

§ 2º - A pena é aumentada da metade se:

I - a vítima é menor de 18 (dezoito) anos;

II - a vítima, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato;

III - se o agente é ascendente, padrasto, madrastra, irmão, enteado, cônjuge, companheiro, tutor ou curador, preceptor ou empregador da vítima, ou se assumiu, por lei ou outra forma, obrigação de cuidado, proteção ou vigilância; ou

IV - há emprego de violência, grave ameaça ou fraude.

§ 3º Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

- ALIENAÇÃO PARENTAL

Lei nº. 12.318, de 26 de agosto de 2010: Dispõe sobre a alienação parental e altera o art. 236 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990:

Art. 2º. Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Parágrafo Único: São formas exemplificativas de alienação parental, além dos atos assim declarados pelo juiz ou constatados por perícia, praticados diretamente ou com auxílio de terceiros:

I - realizar campanha de desqualificação da conduta do genitor no exercício da paternidade ou maternidade;

II - dificultar o exercício da autoridade parental;

III - dificultar contato de criança ou adolescente com genitor;

IV - dificultar o exercício do direito regulamentado de convivência familiar;

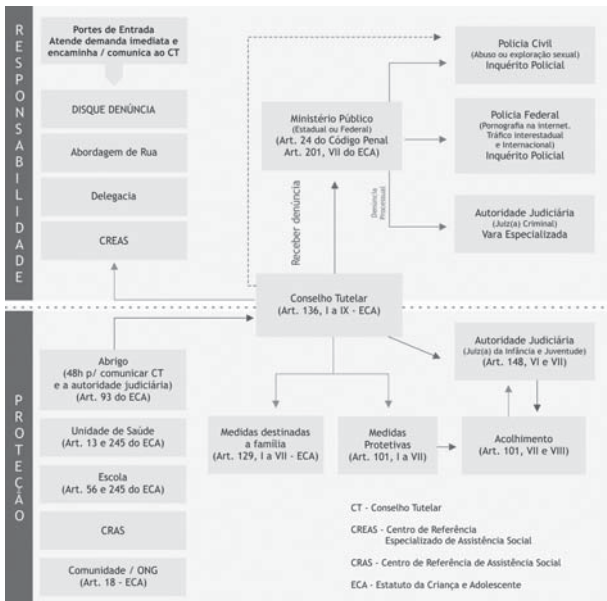
V - omitir deliberadamente a genitor informações pessoais relevantes sobre a criança ou adolescente, inclusive escolares, médicas e alterações de endereço;

VI - apresentar falsa denúncia contra genitor, contra familiares deste ou contra avós, para obstar ou dificultar a convivência deles com a criança ou adolescente;

VII - mudar o domicílio para local distante, sem justificativa, visando a dificultar a convivência da criança ou adolescente com o outro genitor, com familiares deste ou com avós.

Art. 3º. A prática de ato de alienação parental fere direito fundamental da criança ou do adolescente de convivência familiar saudável, prejudica a realização de afeto nas relações com genitor e com o grupo familiar, constitui abuso moral contra a criança ou o adolescente e descumprimento dos deveres inerentes à autoridade parental ou decorrentes de tutela ou guarda.

PROCESSO DE FUNCIONAMENTO DA REDE DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NA ESFERA BRASILEIRA



Fonte: internet com adaptações



DENUNCIE!

A denúncia é o ato primordial e necessário em qualquer caso de violência sexual e psicológica contra as crianças e adolescentes.

Todos nós somos responsáveis e temos o dever de denunciar.

Existem inúmeras formas de denunciar:

- Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República:

Disque **100** ou **disquedenuncia@sedh.gov.br**

- Conselhos Tutelares: www.crianca.df.gov.br
- Disque denúncia (190), Polícia Militar, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal (191), além das Delegacias Comuns ou especializadas.
- Escolas: com os diretores, orientadores ou professores.
- Ordem dos Advogados do Brasil Seccional do Distrito Federal

Realização

Comissão de Defesa da Criança e do Adolescente da OAB/DF

Herbert Alencar Cunha
Presidente

Solange Cristina Barbosa Lima
Vice-Presidente

Mauricio Albernaz Golebiowski
Secretário-Geral

Alanna Alencar Coelho da Silva
Secretária-Adjunta

Membros

Adeilson Alves dos Santos
Adrian Chaves Lemes

Antônio Carlos Coutinho. dos Santos
Cecília Mara Regina de Fátima M. Gomes

Cleidison Figueiredo dos Santos
Christine Helena Costa Jacarandá

Diego Marques Araújo
Fabiano Silva Leite
Flávia Aleixo de Almeida

Huiter Magno de Souza
Lissa Barros Costa
Maíra Vilela Leite
Maria das Graças Fernando de Almeida
Márcio de Oliveira Sousa
Mayara Viana Matos
Melissa de Menezes Tubarão
Pedro Almeida de Oliveira
Renan Torres Júnior
Rubem Santos Assis
Samyra Silva Araujo
Sirleynaya Christiam M. da Silva
Sicília Porfírio
Stefano Hamurab R. de Matos Almeida



DISTRITO FEDERAL

ADVOGADO VALORIZADO,
CIDADÃO RESPEITADO!



CAA/DF
CAIXA DE ASSISTÊNCIA DOS
ADVOGADOS DO DISTRITO FEDERAL

**COMISSÃO DE DEFESA
DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE**



**E S C O L A
S U P E R I O R D E
A D V O C A C I A**